



Centro de Estudos e Investigação Científica
Universidade Católica de Angola

WORKING PAPER

Nº 02

Novembro 2014



© MARTIN BUREAU/AFP/Getty Imag

AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA ATÉ 2020

Autor

Alves da Rocha, Investigador Director

AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA ATÉ 2020

Índice

INTRODUÇÃO	3
A ECONOMIA ANGOLANA NO PERÍODO 2014-2020.....	5
Fragilidade das finanças públicas	10
Aprofundamento das desigualdades sociais.....	12
As dificuldades do crescimento.....	13
Comportamento do preço do petróleo.....	18
A sustentabilidade da dívida pública.....	19
Os estrangulamentos do ambiente de negócios.....	21
Procura mundial de petróleo	23
Riscos ligados a outros indicadores	24
A QUALIDADE DO CRESCIMENTO: O QUE HAVERÁ PARA DISTRIBUIR ATÉ 2020?.....	25
A FECHAR.....	30

INTRODUÇÃO

A economia mundial tem estado a apresentar sinais contraditórios quanto à sua rota de crescimento económico. Não é a primeira vez que tal sucede, mas depois de 2008/2009 têm sido mais as diferentes velocidades que caracterizam todas as previsões de crescimento do PIB mundial e das principais regiões do mundo.

Os Estados Unidos da América parecem ressurgir da fase crítica que atravessaram durante a recessão económica e a crise financeira internacional de 2009 e preparam-se para reassumirem a posição de um dos "drivers" do crescimento económico mundial.

A União Europeia e a Zona Euro permanecerão ainda durante 2015 com as locomotivas do seu crescimento gripadas e incapazes de arrancarem definitivamente contra a crise das dívidas soberanas e dos défices orçamentais e os efeitos que uma excessiva e exagerada austeridade (que aumentou a percentagem de pobres e de pessoas em risco de pobreza nos países periféricos do Sul da Europa) provocou sobre o crescimento, o aumento de emprego e a sustentabilidade dos sistemas de assistência e prevenção social. O The Economist (Economic Forecast Summary November 2014) prevê uma taxa de crescimento do PIB de apenas 1,1% para 2015, depois de uma variação de 0,9% em 2014.

Mas igualmente o espaço das economias emergentes apresenta incapacidades várias para recuperar o fulgor dos anos imediatamente anteriores à crise de crescimento de 2009. A China – actualmente o principal destino das exportações angolanas de petróleo – há já alguns anos que saiu da rota dos 10% de crescimento médio anual do seu PIB e as previsões sobre o futuro situam a variação real anual abaixo de 7,5%. O Brasil – outro importante parceiro das relações comerciais com Angola – atravessa, desde 2012, um período de crescimento pouco significativo, como o atestam as taxas de 1% e 0,3% para os anos mais recentes. Em 2015, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook October 2014), a variação real do PIB rondará 1,4%.

E o continente africano não foge a este contexto, não só porque a sua economia se encontra dentro da globalização – mesmo que dela retire poucas vantagens e sofra muitos inconvenientes – mas igualmente porque a integração económica africana ainda é uma realidade distante. Ou seja, a dependência externa de África não tem um contrapeso continental (uma capacidade endógena de absorção das flutuações da produção mundial) que atenuem os efeitos mais dilacerantes das flutuações do comércio mundial. Os enormes desafios envolvidos nesta estratégia

internacional de combate ao subdesenvolvimento podem ser sintetizados em dois números: para se não agravarem os actuais níveis de pobreza, o continente africano não pode crescer a menos de 5% ao ano até 2015 e se quiser diminuir a pobreza em 50% então o crescimento a taxas sustentadas terá de se estabelecer entre 7% e 8% ao ano¹. E as taxas de variação real anual do seu Produto Interno Bruto não têm atingido aqueles patamares: 6,9% em 2010, 5,1% em 2011, 4,7% em 2012, 4,9% em 2013, 5,2% em 2014 e 5,7% previsto para 2015².

¹ Africa Economic Report 2013.

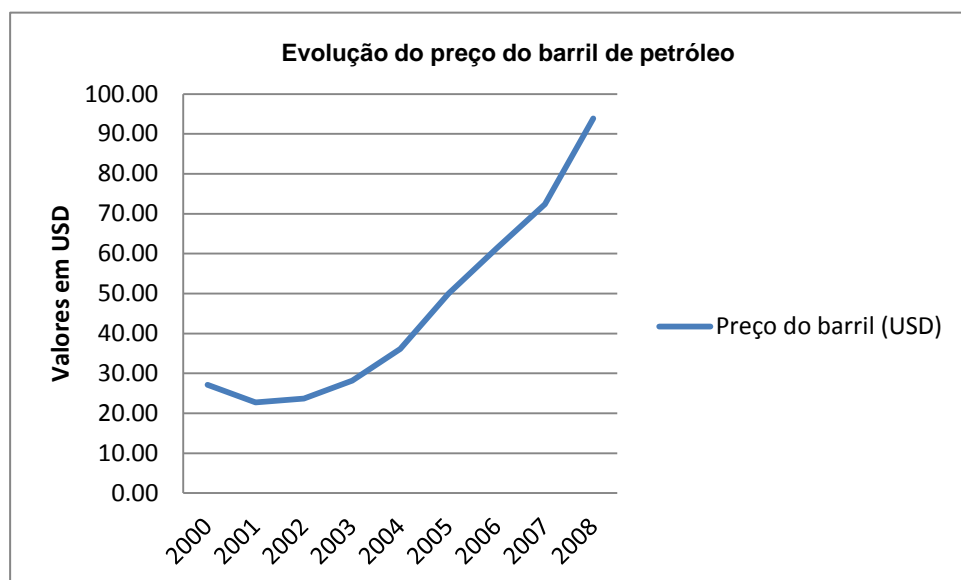
² International Monetary Fund – Regional Economic Outlook, October 2014, Sub-Saharan Africa.

A ECONOMIA ANGOLANA NO PERÍODO 2014-2020

Apresentam-se no futuro constrangimentos (recorrentes desde 2002 e que ainda não foram removidos pelas políticas públicas e os investimentos do Estado nos domínios da burocracia, da energia e água e mesmo - apesar de se terem já despendidos cerca de 80 mil milhões de dólares em estradas, pontes, aeroportos, portos, caminhos-de-ferro, escolas, hospitais e outras obras de infraestruturas - noutras áreas da criação das condições básicas para o crescimento) e riscos severos para o desenvolvimento económico. Conforme noutras ocasiões defendi, as dinâmicas anuais de crescimento do PIB verificadas entre 2002 e 2008 têm poucas probabilidades de se repetirem num futuro até 2025.

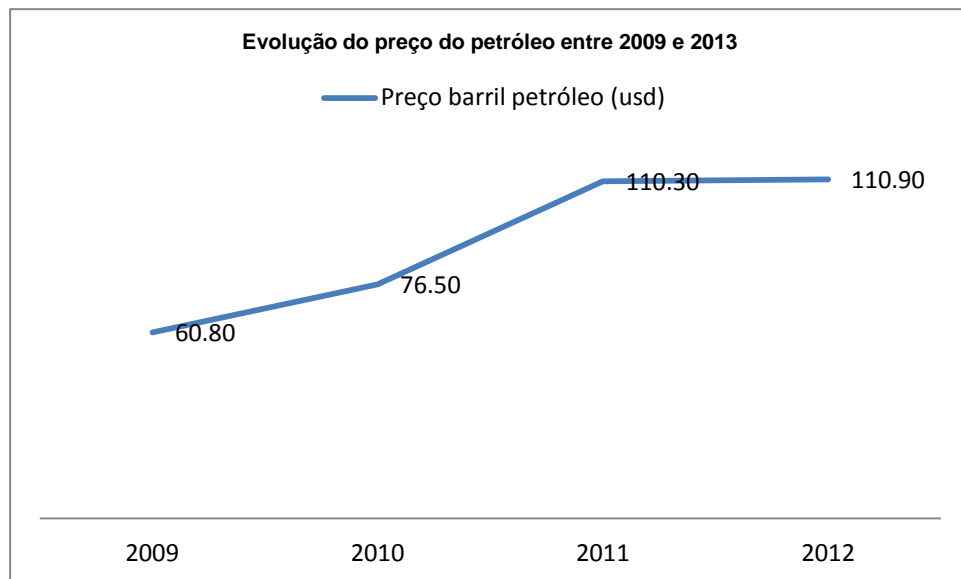
Por uma questão de melhor se compreenderem as diferentes etapas de crescimento da economia angolana, consideraram-se 3 períodos depois de obtida a paz:

- **2003-2008**, período durante o qual a procura mundial de petróleo e os preços cresceram bastante e que proporcionaram receitas significativas ao país. Foi então possível investir na reconstrução/modernização das infraestruturas materiais da economia e dar assim início a uma fase em que, a par das exportações de petróleo, o investimento público se apresentou como o segundo maior factor de crescimento do PIB. O crescimento médio anual foi de 9,8%.



FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

- **2009-2012**, em que a grande crise financeira internacional dominou os comportamentos de todas as economias – numas mais do que noutras, mas que ainda permanecem indeléveis no momento actual e provavelmente ainda com alguma influência para o futuro – e em Angola determinou uma quebra no investimento público de mais de 21% entre 2008 e 2009, só se retomando o seu nível anterior em 2012³. O principal factor deste ajustamento orçamental em Angola foi a quebra significativa do preço do petróleo no mercado internacional, avaliada em 35,3% de 2008 para 2009. O outro factor de crescimento, as exportações de petróleo, também diminuíram de uma forma significativa no período em referência, tendo passado de 65,3 mil milhões de dólares, para 40,1 mil milhões de dólares. Com os dois principais motores do crescimento económico do país em visíveis dificuldades, a taxa real de variação do PIB foi a mais baixa de sempre depois da independência (exceptuando as monumentais quebras em 1994 e 1995 de cerca de 24% e 25%, respectivamente, também por razões revertíveis ao petróleo): menos de 3% em média anual entre 2009 e 2012.



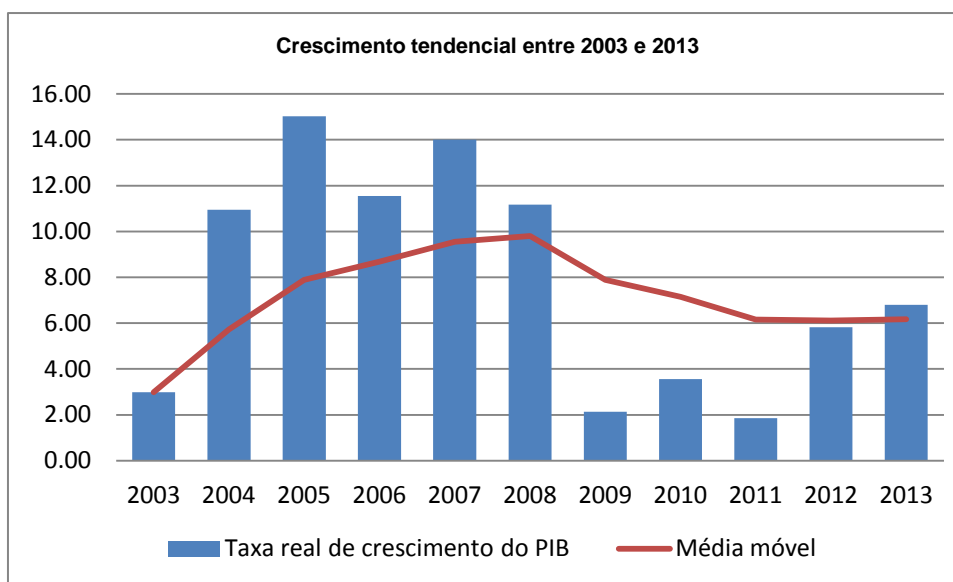
FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

- **2013-2014** em que a grande aposta do Governo está sendo o lançamento das bases para a diversificação da economia, assentes no investimento público em infraestruturas, grande parte das quais apresenta uma velocidade de degradação incomum e prejudicial dos

³ Em 2008 o montante foi de 11,9 mil milhões de dólares e em 2009 de 9,4 mil milhões de dólares.

índices de retorno económico das empresas e de utilidade social da população. Este período tem sido caracterizado por um comportamento muito errático da produção de petróleo, afectada por problemas técnicos, dos quais darei, mais à frente, mais algumas indicações. De resto, entre 2008 e 2012, a produção acumulada de petróleo em Angola diminuiu 11,7%. Imaginam-se os problemas financeiros para o país, porquanto as suas receitas representam 95% das exportações totais e 70% das receitas fiscais do Governo. A taxa média de crescimento neste período foi de 5,5%. O preço do barril de petróleo pode diminuir, de 2012 para 2014, em cerca de 12,5%, tomando como preço médio provável em 2014, 97 dólares o barril.

Justamente devido à sua dependência externa dum recurso financeiro e de um factor de crescimento muito instáveis no seu comportamento é que a trajectória de longo prazo 2002-2013 se traduz por um ritmo médio anual de crescimento do PIB de apenas 6,2%, já considerados os ajustamentos das Contas Nacionais 2002-2012.



FONTE: CEIC, Ficheiros “Estudos Fiscais” e “Estudos sobre o PIB por habitante”.

O Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2015 explicita as preocupações do Governo quanto às expectativas de crescimento futuro da economia nacional, sendo as previsões de aumento do PIB para 2015 – 9,7% a preços constantes – do meu ponto de vista, bastante optimistas e totalmente em contra-ciclo com a tendência média anual de longo prazo acima anotada. Uma justificação para este excesso de confiança do Governo pode estar na recuperação da produção de petróleo, estimada em 10,5%, após a resolução de alguns dos problemas técnicos que a têm afligido há alguns anos. No entanto, verifica-se, afinal, que o crescimento do PIB nacional continua fortemente dependente da economia petrolífera, o que só será possível reverter a médio prazo, se determinadas

assumpções políticas e sociais forem assumidas com coragem, como, por exemplo, a correcção do processo de excessivo enriquecimento de uma ínfima parte da população e de empobrecimento de faixas crescentes do conjunto de cidadãos.

Olhando-se para o défice fiscal programado para o próximo ano, 7,2% do PIB, a dúvida é a de saber se entre estas cifras a sua consistência está assegurada:

- O investimento público, conforme sublinhado anteriormente, uma das molas impulsionadoras do crescimento económico do país, vai aumentar, em valores nominais, 22,1% (2014 para 2015), importando, sobretudo, reflectir sobre a efectiva capacidade de absorção da economia dos efeitos derivados dum montante global de 11 mil milhões de dólares e a qualidade das obras, do que depende a sua rentabilidade económica e utilidade social. Em valores reais, usando como deflador a taxa de inflação prevista para 2015, o incremento é ainda maior, de cerca de 22,7%.
- Em valores médios, pode-se estimar a contribuição do investimento público para o crescimento do PIB em cerca de 2 pontos percentuais, ainda, assim, restando por explicar, do lado da despesa, mais de 7 pontos percentuais do crescimento do PIB estimado para 2015.
- Correlacionado com o comportamento do investimento público está o “lag” dos seus efeitos: o seu multiplicador é instantâneo ou tem algum desfaseamento temporal? Tendo, de quantos meses ou anos é o seu valor?
- Para o défice fiscal de 7,2% contribui igualmente o aumento das despesas correntes, as que deviam fazer funcionar a máquina administrativa do Estado duma forma eficiente, o que está longe da realidade. Dentro das despesas correntes estão as remunerações dos funcionários civis e militares do Estado, as despesas de funcionamento, os juros da dívida pública interna e externa e as transferências para a economia (avultando os subsídios aos preços, com cerca de 4 mil milhões de dólares). De 2014 para 2015 estas despesas – não directamente reprodutivas e apenas criadoras de utilidades no período em que são realizadas – vão ser multiplicadas por 18,8%, com uma representatividade no PIB de 28,5%. Mais de 5 pontos percentuais de contribuição para o crescimento do PIB. A questão está em quanto poderão afectar a subida de preços, já que, conforme se disse, não são directamente reprodutivas. A taxa de crescimento da economia não petrolífera é de 9,2% para 2015, suficiente para conformar as expectativas de aumento dos preços?

- Assim, o consumo privado e as exportações deverão responder pelo restante do crescimento de 9,7%, descontados os efeitos deflacionários das importações no conjunto do Produto Interno Bruto.
- Mas a principal fonte de um tão elevado défice fiscal é a redução das receitas fiscais: 4825 mil milhões de Kwanzas em 2012, 4602 mil milhões de Kwanzas em 2013, 4163 mil milhões de Kwanzas em 2014 e 3968,6 mil milhões de Kwanzas em 2015⁴. Ou seja, uma nítida tendência decrescente das disponibilidades que o Estado necessita para a sua manobra económica, social e de defesa e segurança. As receitas petrolíferas passaram de 4102,7 mil milhões de Kwanzas em 2012 para 2551,2 mil milhões de dólares em 2015, uma quebra acumulada de 37,8% e de 16,3% face aos níveis de 2014. Está-se evidentemente no limiar de um período crítico para a economia nacional, durante o qual a única forma de financiamento da actividade económica e do funcionamento do Estado será a criação de dívida pública. A quebra das imposições fiscais petrolíferas não tem sido compensada pelo aumento das restantes parcelas das receitas tributárias.
- Um défice fiscal de 7,2% do PIB em 2015 e os riscos futuros iminentes sobre o país podem configurar duas hipóteses possíveis: aplicação de um programa severo de austeridade para manter os níveis de confiança das agências internacionais de "rating" ou recurso a um novo programa de empréstimo do FMI.

Também, no Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2015, o Governo elenca uma série de riscos orçamentais que envolvem o cumprimento integral do seu Plano Financeiro:

- “Expectativas quanto à evolução do preço e da produção de petróleo das ramas angolanas, bem como a necessidade de preservação da sustentabilidade da dívida pública”.⁵
- “Redução da capacidade de o Estado fazer face ao serviço da dívida pública externa, o que compromete a sua capacidade de se financiar no mercado internacional”.⁶
- “Suspensão da execução de projectos de investimento público em curso”.⁷

⁴ Estar-se-á no limiar de um período de austeridade financeira já antecipado por algumas agências internacionais de risco?

⁵ Ministério das Finanças, Relatório de Fundamentação do OGE para 2015, doc. sem data.

⁶ Idem.

- “Redução da capacidade de financiar a prestação de serviços de educação, saúde e assistência social”.⁸
- “Redução da capacidade de se financiar a actividade das forças armadas e da polícia nacional”.⁹
- “Comprometimento do funcionamento da Administração Pública”.¹⁰

Tudo isto porque se não actuou atempadamente e com critérios de racionalidade e eficiência sobre as fontes de instabilidade da economia nacional. Pensou-se demasiado tarde na diversificação da economia. As prioridades foram para a acumulação primitiva do capital e para a formação de uma reduzida classe rica, da qual se esperaria uma forte dose de empreendedorismo e capacidade de geração de muitos postos de trabalho para a classe operária. Uma verdadeira visão estratégica reclamava que imediatamente após Abril de 2002 se pensasse na elaboração de uma Agenda para a Diversificação da Economia, da qual, seguramente, tinham de fazer parte o Programa de Modernização das Infraestruturas (actualmente ainda em curso, mas com muitos pontos de interrogação sobre a qualidade das obras e a sua capacidade para reduzir os elevados custos de funcionamento do sistema produtivo e gerar utilidades sociais para a maioria da população) e outras políticas macroeconómicas tendentes a propiciar um bom clima de negócios, atraente para o investimento privado, nomeadamente estrangeiro (aumento da competitividade pela influência da REER e da qualidade do capital humano, taxas de juro activas compatíveis com as taxas internas de rendibilidade dos empreendimentos, transparência e boa governação, combate à corrupção, redução da burocracia e do tráfico de influências, etc).

A matéria dos riscos envolventes da economia nacional merece mais algumas referências, já que dos mesmos depende a capacidade futura de aumento regular do PIB em níveis compatíveis com a necessidade de se melhorarem as condições de vida da maioria da população.

Fragilidade das finanças públicas

O quadro fiscal de médio prazo não é positivo, e ainda que o Governo admita que apenas este ano e em 2015 as contas públicas estarão desequilibradas, as estimativas do Fundo Monetário Internacional, The Economist e algumas agências

⁷ Idem.

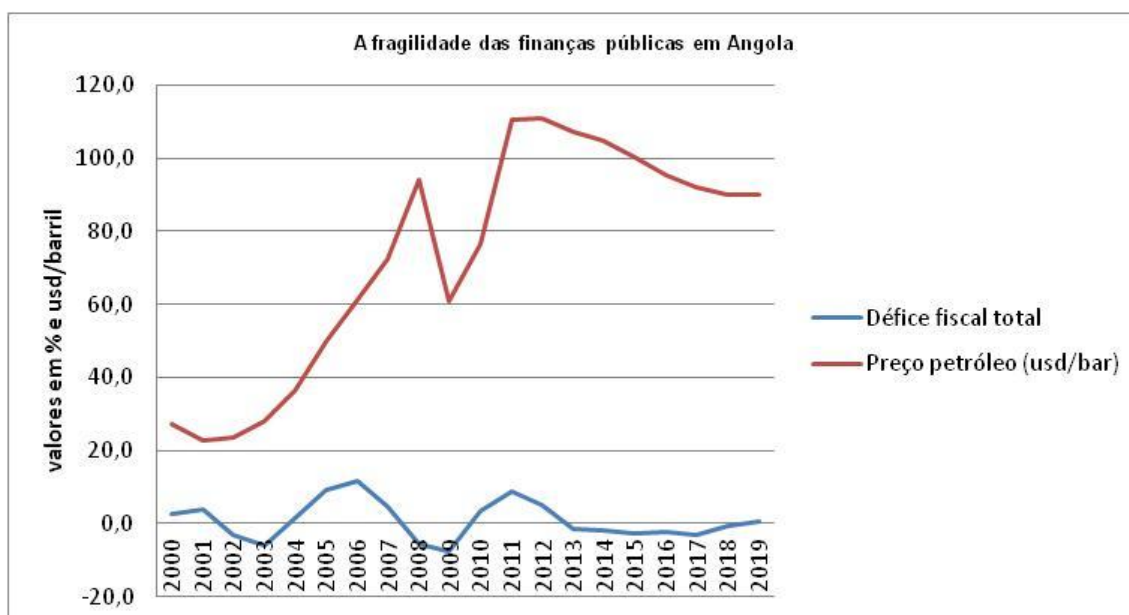
⁸ Idem.

⁹ Como explicarei mais adiante, um dos riscos externos sobre Angola relaciona-se com o alerta dado pela Global Terrorism Index 2014 de Angola poder ser, em 2015, um dos 13 países com elevada probabilidade de acções terroristas internacionais.

¹⁰ Ministério das Finanças, Relatório de Fundamentação do OGE para 2015, doc. sem data

internacionais de risco são bem mais pessimistas, admitindo-se que até 2019 os défices orçamentais vão ser a nota dominante. Não sendo propriamente um grande problema – os chamados “défices fiscais virtuosos” podem ter efeitos multiplicadores positivos sobre a economia – exigem, contudo, rigor na gestão macroeconómica e disciplina na utilização dos recursos financeiros que os cidadãos e empresas entregam a título gratuito e obrigatório ao Estado. Estará o Governo em condições de resistir ao poderoso tráfico de influências que caracteriza o funcionamento das suas instituições e a combater vigorosamente a corrupção? ¹¹

A crise dos défices fiscais vem pôr a descoberto as debilidades da economia nacional e os riscos a que vai estar sujeita até 2020. Consequentemente, penso que poucas melhorias serão possíveis na distribuição do rendimento nacional até final da segunda década do século XXI.



FONTE: CEIC, Ficheiros “Estudos Fiscais” com base em International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

Só em 2019 as Contas públicas registarão um excedente positivo de 0,5% do PIB.

¹¹ A Revista electrónica Africa Monitor, Novembro de 2014, a propósito dos novos atrasos nas obras do faraónico aeroporto de Luanda, com um tráfego previsto de 15 milhões de passageiros por ano, refere que o actual aeroporto 4 de Fevereiro ainda podia ser uma alternativa ao aumento de tráfego aéreo e como custos incomparavelmente menores, mas os poderosos interesses em jogo - venda dos terrenos adjacentes ao local do empreendimento e que são propriedade de muitos dos dignatários do regime e da família presidencial - determinaram a escolha de uma opção caríssima mas que garante a partilha de parte desse investimento.

Aprofundamento das desigualdades sociais

O Papa Francisco recentemente escreveu no Twitter do Romano Pontífice que a “desigualdade é a raiz do mal social”, significando que a desigualdade é um problema e que é preciso fazer alguma coisa para o solucionar. Se o capitalismo é a exploração do homem pelo homem (as propostas de Bento XVI na Encíclica “Verdade na Caridade” sobre as modificações que deveriam ser introduzidas no paradigma de funcionamento das economias de mercado merecem reflexão dos Prémios Nobel da Economia) e o colectivismo representa, no essencial, uma perda de liberdade e de dignidade da pessoa, tem de haver uma solução económica, para além da boa vontade de indivíduos e de instituições. Se as desigualdades são originadas pelo funcionamento dos sistemas económicos, então tem de ser aqui dentro que a solução deve ser encontrada.

Os gravíssimos problemas das assimetrias da repartição do rendimento no mundo podem ser ilustrados pela intervenção de Christine Lagarde, directora-geral do Fundo Monetário Internacional, numa conferência realizada em Junho de 2014 em Londres pelo Financial Times e a Inclusive Capitalism Initiative especialmente dedicada ao tema do capitalismo inclusivo. Tendo começado por recordar que os níveis de desigualdade nos Estados Unidos tinham atingido os da Grande Depressão e que no Reino Unido, França e Alemanha os índices de desigualdade tinham voltado aos valores de um século atrás, afirmou que “as oitenta e cinco pessoas mais ricas do mundo, que cabem num só autocarro de dois pisos de Londres, controlam o mesmo montante de riqueza que a metade da população global, ou seja, 3,5 mil milhões de pessoas”.

Angola é um país de duas ou múltiplas realidades. O Africa Progress Panel (APC), presidido por Kofi Annan, centra-se nas duas que contribuem para aquilo que diz ser um gritante paradoxo – por ser o país que ilustra “de forma mais poderosa a divergência entre riqueza de recursos e bem-estar social”.

Angola tem um dos padrões mais desiguais de distribuição do rendimento e é citado como “um dos exemplos mais acabados” de um cenário em que a actividade das empresas do Estado se esconde por trás de um sistema financeiro opaco, não cumpre regras mínimas de transparência e beneficia figuras públicas ou políticas.

O país lusófono, um dos mais influentes da região da África Austral, sobressai igualmente pelos fracos índices de desenvolvimento. A taxa de mortalidade infantil, até aos cinco anos, está no topo da lista: é a oitava maior do mundo, com 161 mortes em 1000 crianças por ano, o que representa 161 mil mortes todos os anos. E isto, lembra o documento, quando Angola é o segundo país exportador de petróleo da África subsariana e o quinto produtor mundial de diamantes e está entre o terço (de países) que mais cresceram entre 2000 e 2011 no mundo. Em 2012, ultrapassou a taxa de crescimento da China. Na última década, cresceu a uma taxa média de 7% e o

rendimento médio mais do que duplicou. O efeito foi praticamente nulo na forma como a maioria da população continua a viver. “Enquanto a elite angolana usa o rendimento do petróleo para comprar activos no estrangeiro, em Angola as crianças passam fome”, nota o relatório. A subnutrição explica um terço das mortes de crianças, esclarece.

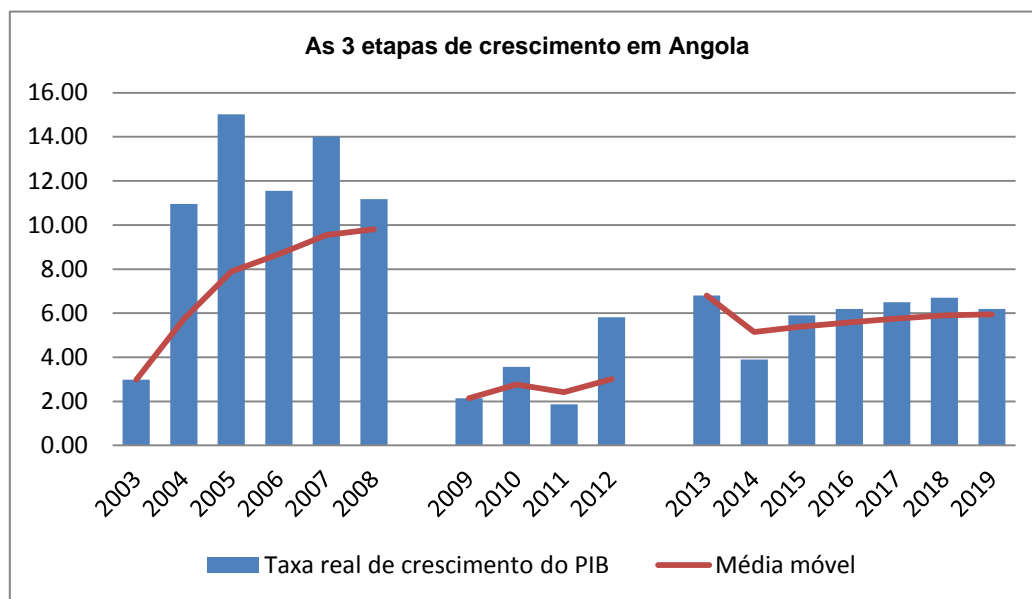
As dificuldades do crescimento

As previsões de médio prazo apresentadas por diferentes instituições e agências internacionais coincidem numa taxa média anual de variação do PIB nacional entre 5,5% e 6% até 2020. Aliás, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 também admite uma menor intensidade de crescimento até 2017, com 4,3% de variação neste último ano.

A taxa média anual de crescimento do PIB entre 2013 e 2019 rondará 5,5% a 6%, insuficiente para a realização de alguns dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio subscritos por Angola, entre os quais a redução sustentada dos índices de pobreza. Entre o crescimento e a redução da pobreza estabelece-se uma relação teórica concreta – mais crescimento e menos pobreza – mas dependente do modelo de repartição dos resultados desse crescimento. Quando este modelo favorece a acumulação assintótica do rendimento, mais crescimento pode até gerar mais pobreza. Para uma taxa média anual de variação do PIB de 5,5% e uma elasticidade rendimento-pobreza de -0,8, a taxa de pobreza em 2019 poderá ser de 46,3%¹². Por isto é que publicamente tenho defendido que uma melhor distribuição da renda nacional tem de, necessariamente, passar por uma alteração profunda do actual processo de acesso às rendas do petróleo, baseado no tráfico de influências e no favorecimento de grupos e famílias relacionadas com o poder político instalado.

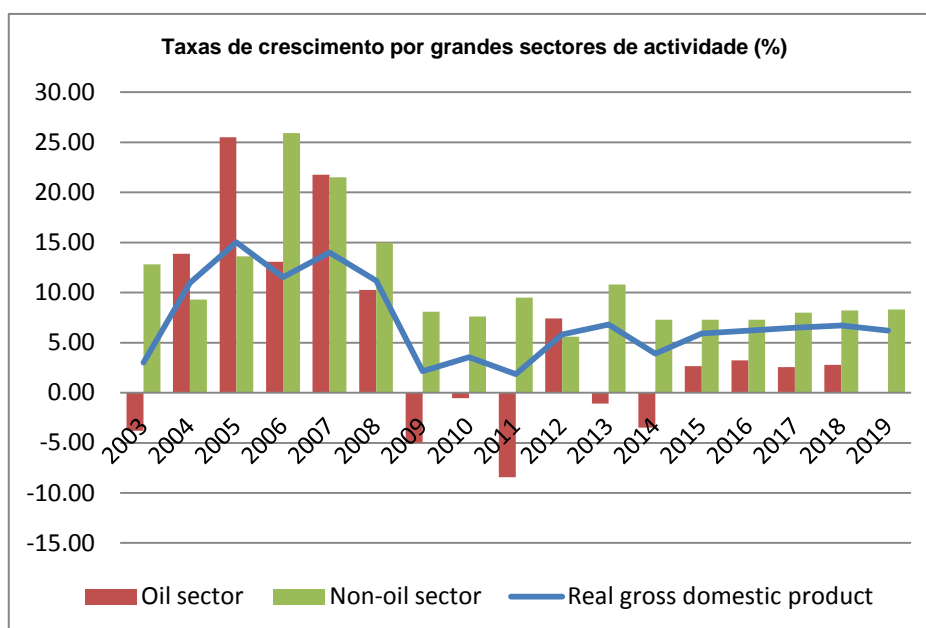
Uma visão geral das perspectivas de crescimento é dada pelo gráfico seguinte.

¹² Sabe-se que existe alguma polémica sobre a taxa de pobreza do IBEP de 36,6% em 2008/2009, não do ponto de vista da metodologia, mas principalmente do realismo do seu valor.



FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

Dum outro ponto de vista, verifica-se que algumas oportunidades poderiam ter sido aproveitadas para que esta situação de crise não tivesse a incidência que pode vir a ter no futuro.



FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

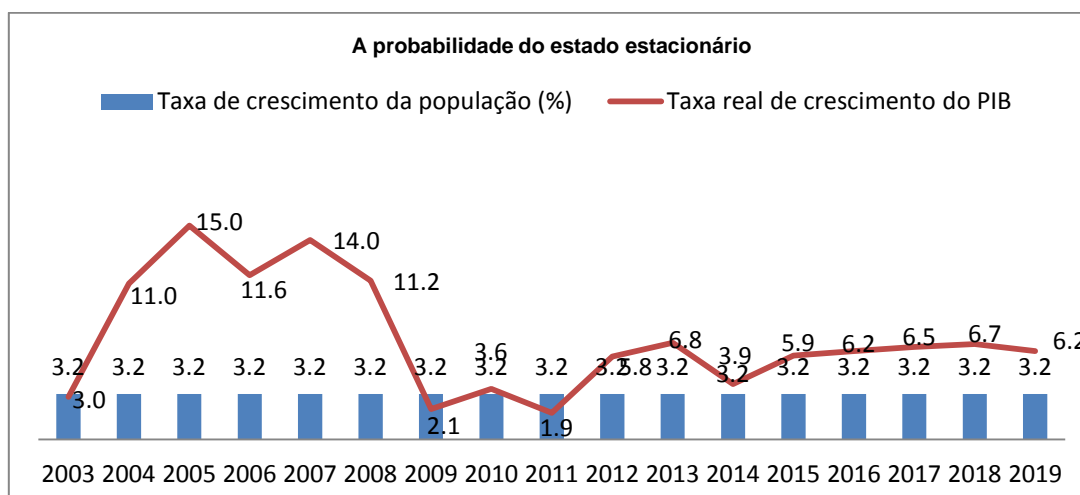
Entre 2003 e 2008 deveriam ter sido criadas as condições e bases propícias para alteração do modelo de distribuição da renda nacional, tornando-o mais inclusivo. Talvez deste modo se pudessem evitar/atenuar os sintomas de crise de crescimento aparecidos em 2009 com a crise financeira internacional, cujos efeitos negativos vão perdurar para lá de 2020. Um modelo mais inclusivo teria permitido uma melhoria

significativa das condições de vida da população, um incremento do consumo familiar, um aumento eficiente da oferta interna e um acréscimo da produtividade.

Volto a insistir que o valor do salário nacional tem de sofrer alterações significativas para que se crie uma massa crítica de procura interna necessária para que se sustentabilize a diversificação da economia. Alicerçar o futuro crescimento e a conquista de mercados internacionais em salários baixos é apostar num modelo errado de competitividade. Por isso, a qualificação dos recursos humanos é estrategicamente fundamental, como reforço da produtividade do trabalho e esteio da endogeneização de conhecimento e know-how (substituição da corrente de expatriados).

Apesar de estar em implementação a Estratégia Nacional de Valorização de Quadros e o correspondente Plano Nacional de Valorização de Quadros, os efeitos sobre os índices de competitividade e de criação de conhecimento aparecerão apenas a médio e longo prazo. A outra componente – melhor distribuição da renda nacional – tem, até 2020, menores oportunidades de se incrustar no sistema nacional de melhoria das condições de vida da população e de valorização dos recursos naturais, pela via do aumento do valor agregado da economia.

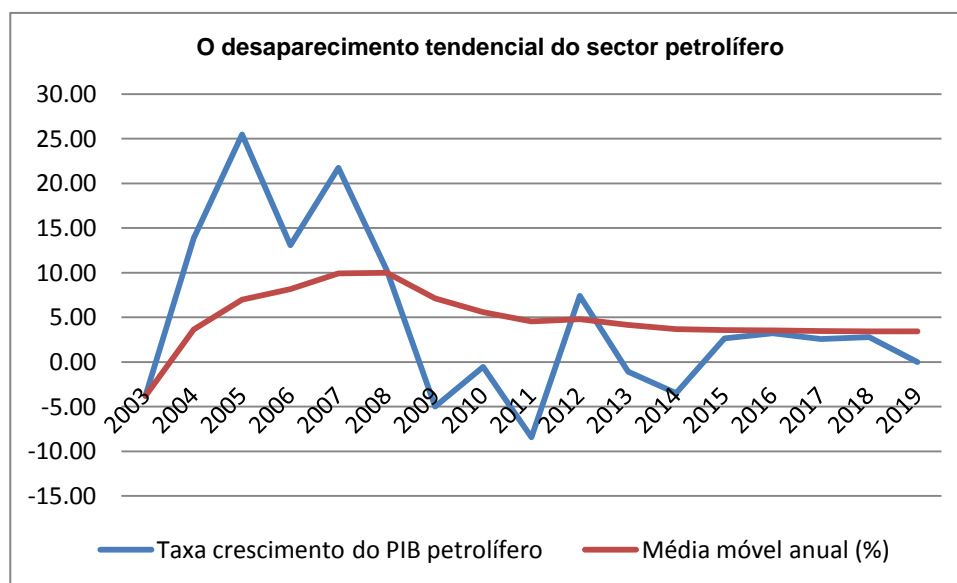
Na verdade, uma taxa anual média de crescimento do PIB entre 2014 e 2020 de 5,5% é insuficiente para se atingirem esses propósitos. É verdade que o sector do petróleo, depois de se ter visto que vai perder dinâmica até 2020, pesa nesta matemática dos 5,5%, havendo, portanto, de a economia não petrolífera compensar essa atenuação na intensidade de crescimento na economia dos petróleos. Teoricamente afigura-se possível, mas será fundamental, como condição básica, terminar o processo de acumulação primitiva do capital, que tem sido fonte de desigualdades sociais.



FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

O estado estacionário duma economia - uma criação do Nobel da Economia Robert Solow - é uma figura conceptual que caracteriza a proximidade entre as taxas de crescimento do PIB e da população: numa situação de igualização (sem se considerar a taxa de amortização do "stock" de capital fixo), as economias crescem, mas o rendimento médio per capita mantém-se constante. A figura anterior pretende mostrar, em termos de tendência, que se a linha de crescimento de longo prazo do PIB não se alterar, pode-se entrar numa zona, do processo de desenvolvimento do país, de maior empobrecimento da população.

O sector petrolífero vai apresentar uma dinâmica anual de crescimento muito baixa entre 2014 e 2020: uma taxa média de crescimento de apenas 3%, donde, a este ritmo, serem necessários entre 23 e 25 anos para se duplicar a sua produção, muito longe do registo de uma multiplicação por mais de 12 referida pelo Senhor Ministro dos Petróleos entre a data da independência nacional e 2014. Se as reservas de petróleo derem para mais 20 anos, podemos estar a falar, com os conhecimentos actuais e sem considerar o sonho (?) do pré-sal, num virtual desaparecimento deste sector da economia nacional¹³. Estaremos preparados para viver sem as facilidades da renda petrolífera e do "rent-seeking", já que a filosofia era a de colher e mais nada?



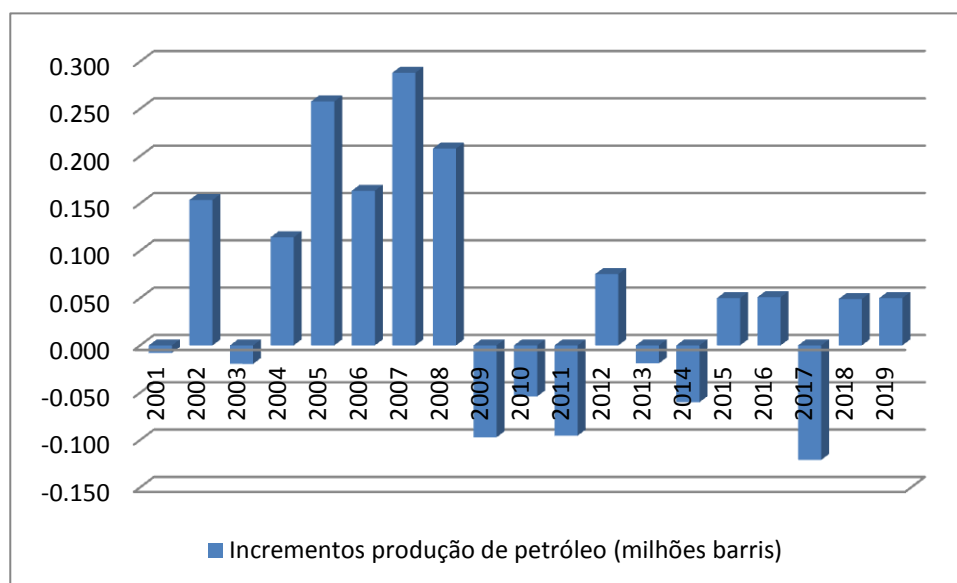
FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

Desde 2008, assiste-se a uma quebra regular da produção petrolífera, explicada por problemas técnicos. No entanto, para além desta explicação oficial, sabe-se que nos blocos em que o “production share” petrolíferas /Estado (Sonangol) se alterou de 50%/50% para 30%/70%, a desmotivação instalou-se no seio das empresas estrangeiras, levando-as a relaxarem os processos e modalidades de manutenção e

¹³ A Conoco Philips e a Statoil anunciaram o fim das pesquisas do pré-sal em Angola, depois de terem acumulado enormes prejuízos: 140 milhões de dólares e 350 milhões de dólares respectivamente.

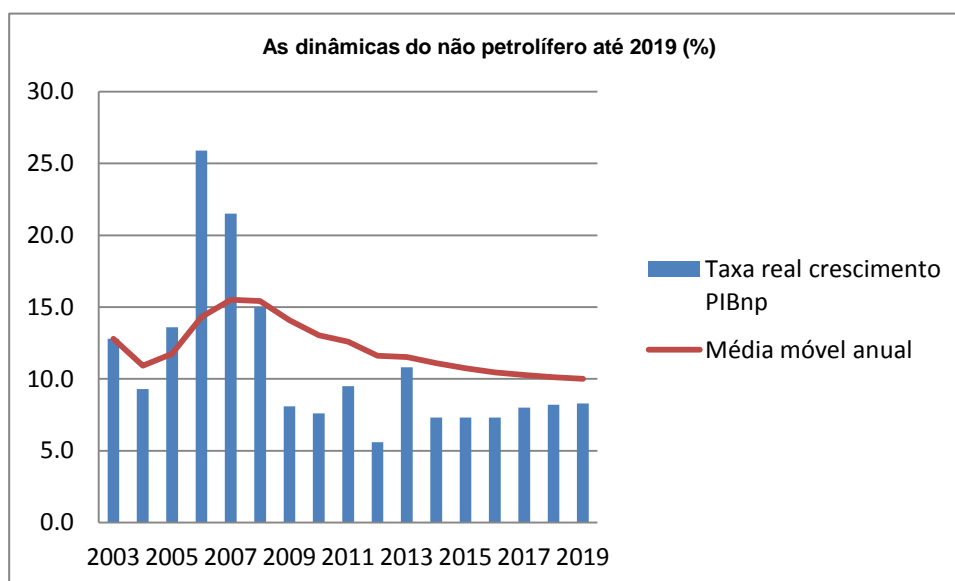
conservação do seu aparelho de extracção mineral. Receia-se que no futuro se mantenha esta atitude de “laxismo” e assim perderem-se algumas das dinâmicas de crescimento do passado.

A taxa média da variação da produção de petróleo de 3% até 2020 é um sintoma de algum desinteresse das multinacionais do petróleo de continuarem em Angola ou de uma tendência para a diminuição do volume de reservas justificativo da realização de investimento de prospecção e desenvolvimento. É neste contexto que a produção de petróleo se assume, também, como uma incerteza no funcionamento a médio prazo da economia nacional.



FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

Com uma taxa média anual de crescimento de 10%, a economia não petrolífera necessita de apenas 7 anos para duplicar o valor do seu PIB (2022). Como será valorizar o trabalho, o empreendedorismo, a honestidade, a produtividade e a competitividade e depender apenas de nós próprios?

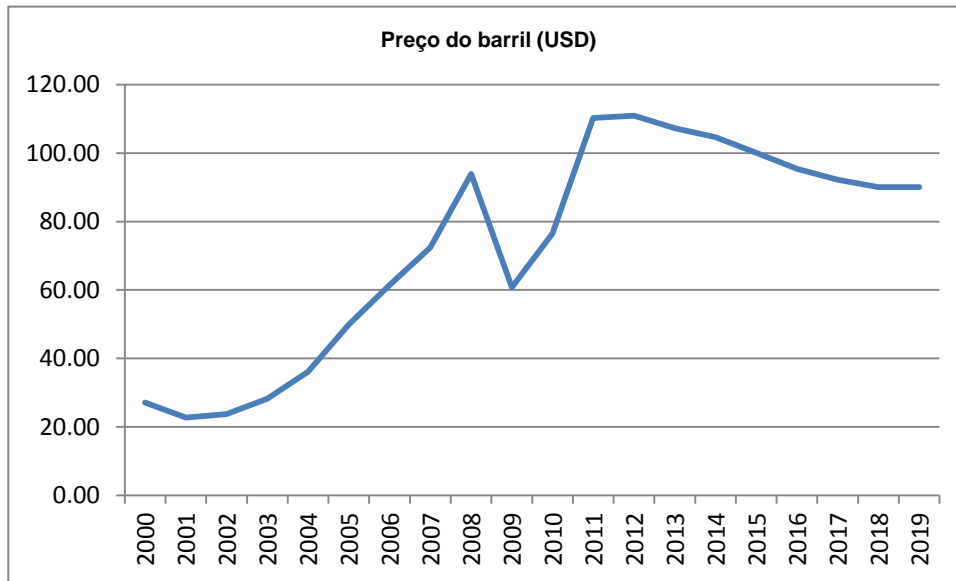


FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

Comportamento do preço do petróleo

Outro risco para o crescimento futuro é o comportamento esperado do preço do petróleo, nesta data já muito abaixo do assumido no OGE de 2014 (78 USD contra 98 USD) e que se espera venha a situar-se na vizinhança dos 80 USD até 2020 (um dólar abaixo do considerado no OGE de 2015).

Ao acompanhar-se o comportamento do preço do petróleo no mercado internacional fica-se com a sensação de que no futuro a sua estabilização poderá situar-se na vizinhança de 75 dólares o barril, pelo menos em 2015. Ainda que o peso do petróleo no PIB nacional represente agora menos do que no passado recente (cerca de 40%), as receitas petrolíferas serão sempre importantes, até porque não existem alternativas sustentáveis a médio prazo quanto a outras fontes fiscais de financiamento da actividade do Estado e de fomento da economia. Seguramente que se pode sempre recorrer à emissão de dívida pública como forma de se garantirem determinadas despesas de desenvolvimento do Estado. Porém, também existem limites, dados pela capacidade de crescimento sustentável da economia, de geração de cambiais pelo sistema produtivo (que depende da sua competitividade externa, circunscrita actualmente às exportações de petróleo), de garantia de ressarcimento da dívida externa e do afastamento de posturas e comportamentos nefastos, social e eticamente reprováveis, como a corrupção, o tráfico de influências, o abuso do poder e a arrogância que tão má impressão causam à imagem externa do país.



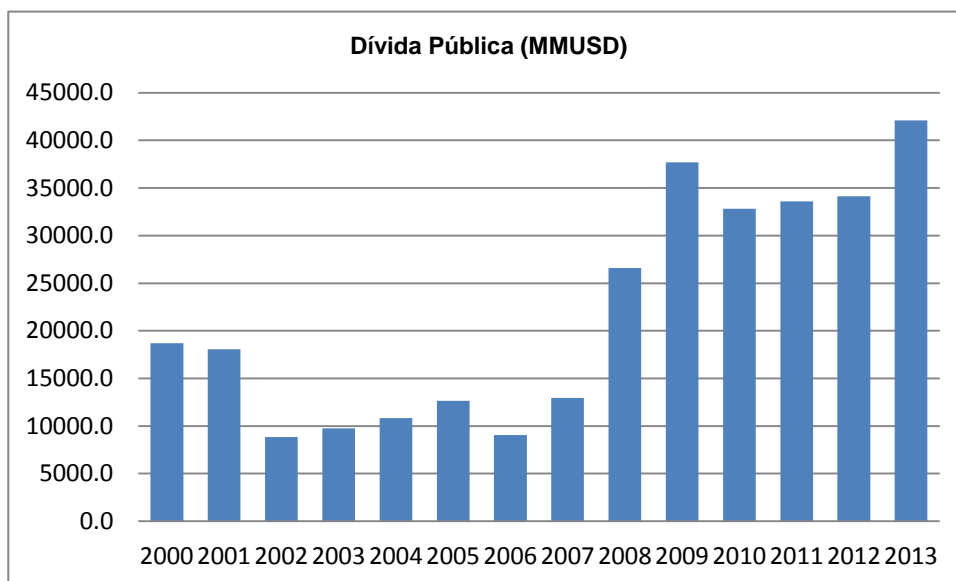
FONTE: International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

A sustentabilidade da dívida pública

A dívida pública não constitui problema de maior para a sua gestão e para a economia. No final de 2013, de acordo com informações do Fundo Monetário Internacional, o valor global era de 42,1 mil milhões de dólares. A sua trajetória de evolução tem sido crescente de acordo com as solicitações do crescimento económico. Como se sabe, a criação de dívida, dentro de limites convencionais de gestão, é uma forma complementar do Estado financiar a sua actividade e participação no funcionamento da economia.

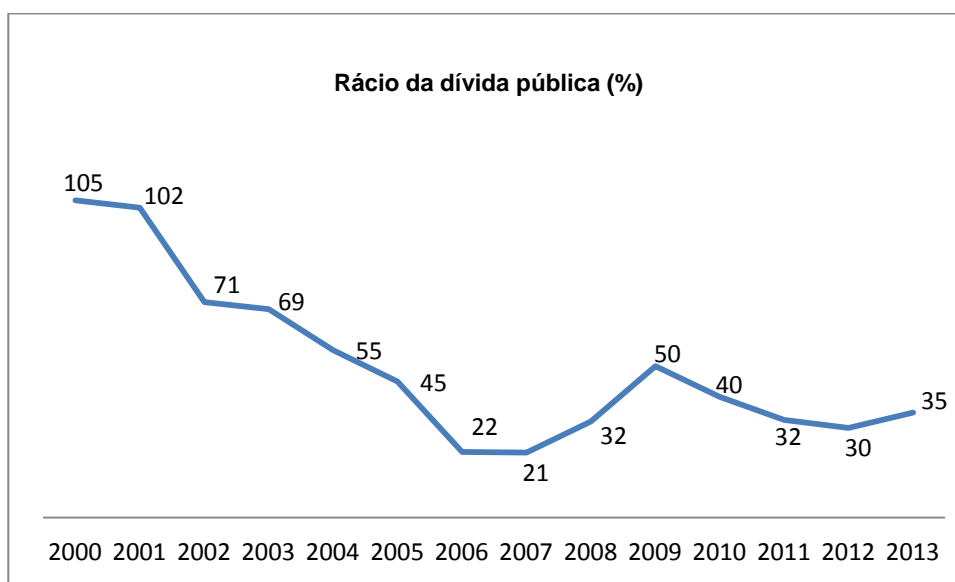
Em 2001 e 2002 uma parte significativa da dívida era de natureza militar, mas a estratégia delineada depois de 2002 de renegociação da dívida pública junto do Clube de Paris e do FMI levou a uma descida do seu montante e ao pagamento das anuidades devidas aos credores. Essa foi a situação entre 2003 e 2007.

As exigências de financiamento do crescimento económico (a uma cadêcia média anual de 9,8% entre 2003 e 2008) implicou um aumento substancial: de 8,8 para 26,6 mil milhões de dólares.



FONTE: IMF Angola article IV, Setembro 2014.

O rácio da dívida pública tem vindo a diminuir consistentemente desde 2000, situando-se em 34,6% em 2013. Tem sido também este indicador, revelador das potencialidades de o país cumprir as suas obrigações para com os seus credores internos e externos, que tem patrocinado as classificações positivas das agências de rating internacional: Angola tem estado numa situação confortável neste item.



FONTE: IMF Angola article IV, Setembro 2014.

Para o futuro e segundo previsões de agências internacionais, o rácio da dívida pública de Angola (interna e externa) pode apresentar a evolução seguinte: 36,6% em 2014, 38,8% em 2015, 41,1% em 2016 e 43,5% em 2017.

Conforme se defendeu nas páginas anteriores e face à provável diminuição/estagnação das receitas fiscais com proveniência petrolífera e em cenário de atraso da reforma tributária e de outras fontes alternativas efectivas (na fiscalidade mineral os diamantes praticamente não contam), a dívida pública de Angola irá aumentar, o que está patente nas projecções anteriores.

Ainda assim, a sustentabilidade da dívida pública até 2020 não está beliscada. Com efeito, a taxa média de crescimento do PIB entre 2014 e 2019 será da ordem de 5,5%-6% ao ano, quando a taxa de juro implícita da dívida angolana é de pouco mais de 4,5%. Assim, pelo menos do ponto de vista teórico, o Estado pode executar o seu programa de infraestruturas e de outros apoios à economia, à custa de défices fiscais.

Os estrangulamentos do ambiente de negócios

O país ainda continua a fazer parte dos últimos lugares do "ranking" mundial quanto ao ambiente de negócios, Doing Business do Banco Mundial. E desde que este Relatório é elaborado que Angola não apresenta melhorias consolidadas, ainda que patenteie, em alguns anos, ganhos pontuais em alguns dos itens, mas que pioram em anos seguintes. A fraqueza geral do ambiente institucional no país pode ajudar a compreender este "marcar passo" neste indicador, que é referência para os investidores internacionais, ainda que alguns órgãos da Administração do Estado mostrem índices de organização e de eficiência muito acima da média nacional.

A posição do país voltou a piorar em relação ao Relatório de 2014: passou de 179 para 181 no Doing Business de 2015.

CLIMA DE NEGÓCIOS EM ANGOLA

ATRIBUTOS	Nº procedimentos	Dias	Custo (% RNB por habitante)	Posição
Iniciar um negócio	8	66	123,5	174
Obtenção de licenças de construção	10	203	28,6	67
Acesso à electricidade	7	145	660,7	157
Registo de propriedade	7	190	3% valor obra	164
Acesso ao crédito	-	-	-	180
Protecção dos investimentos	-	-	-	94
Pagamento de impostos	30	282 horas/ano	52,1% tx imposto	144
Liberdade de comércio	-	-	-	167
Contractos	46	1296	44,4% s/ contrato	187
Resolução de insolvências	-	-	-	189

FONTE: World Bank – Doing Business 2015.

As informações anteriores, quando colocadas em comparação com as de outros países, apontam igualmente o sentido da competitividade de Angola. Entre os países que mais e melhores reformas administrativas e económicas realizaram entre 2013 e 2014 contam-se o Benin (151º), o Togo (149º), a Costa do Marfim (147º), o Senegal (161º) e a República Democrática do Congo (184º lugar).

Na competitividade pelos preços, a posição que o país ocupa no panorama africano e medida pela Real Effective Exchange Rate (REER) é desfavorável, conforme as informações da tabela seguinte o comprovam.

COMPETITIVIDADE PELOS PREÇOS

(Taxa real efectiva de câmbio (média anual); índice = 100 em 2000)

PAÍSES	2011	2012	2013
Angola	243,1	268,4	287,6
Camarões	108,6	104,1	107,0
Congo	124,1	122,3	129,1
Gabão	105,8	103,4	105,4
Nigéria	147,2	166,7	187,3
Botswana	108,9	105,0	100,4
Maurícias	100,4	101,8	101,7
Namíbia	112,8	108,2	90,7
África do Sul	106,3	100,5	89,9
Zâmbia	160,1	165,3	171,5

FONTE: International Monetary Fund - Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa, Abril 2014.

A leitura deste índice de competitividade é a seguinte:

- Valores elevados sinalizam taxas de câmbio nacionais sobrevalorizadas face a um cabaz internacional de moedas, de onde se destaca o dólar americano.
- Incrementos no valor do índice indiciam apreciação das moedas nacionais, donde perda de competitividade externa das economias.
- A Revista Business Monitor International (20 de Novembro de 2014) defende que mais cedo ou mais tarde o Kwanza vai ter de ser

desvalorizado, não só para se melhorarem os rácios de competitividade, mas como resposta à pressão da diminuição das receitas em divisas - consequência da baixa do preço do petróleo - com evidentes reflexos sobre a disponibilidade de reservas internacionais. Este aspecto também integra os painéis de classificação de risco das agências de "rating". Não sendo propriamente um risco - porque afinal depende de outros factores já anteriormente referidos - estas classificações, no entanto, condicionam o interesse dos investidores estrangeiros, podendo retrair o volume de investimento internacional.

Angola é o país africano com os piores índices de competitividade pelos preços, não só pelas evidências do quadro anterior, mas mesmo em relação à grande maioria dos restantes países africanos subsarianos¹⁴.

A diversificação da economia não é compatível com índices tão fracos de competitividade. Numa economia aberta, a "luta" contra as importações deve fazer-se pela via dos preços e da qualidade dos produtos e não através do aumento geral das tarifas aduaneiras ou das restrições quantitativas. Procedendo desta maneira durante muito tempo, ter-se-á uma economia defeituosa, mais desigual (sectorialmente e factorialmente), menos competitiva e menos eficiente. Os riscos para o crescimento económico, a diversificação das receitas fiscais e a estabilidade e sustentabilidade das finanças públicas associados a índices baixos de competitividade são muito elevados.

Procura mundial de petróleo

De acordo com os estudos prospectivos da British Petroleum, a procura mundial de petróleo vai-se mostrar em declínio até 2035¹⁵:

- "Primary energy demand increases by 41% between 2012 and 2035, with growth averaging 1,5% per annum. Growth slows, from 2,2% p.a. for 2005-2015, to 1,7% p.a. 2015-2025 and just 1,1% p.a. in the final decade".
- "We are leaving a phase of very high energy consumption growth, driven by the industrialization and electrification of non-OECD economies, notably China. The 2002-2012 decade recorded the largest ever growth of energy consumption in volume terms over any ten year period, and this is unlikely to be surpassed in our timeframe".

¹⁴ O último relatório da Mercer continua a considerar Luanda como a cidade mais cara do mundo.

¹⁵ BP Energy Outlook 2035, January 2014.

- "There is a clear long-run shift in energy growth from the OECD to the non-OECD. Virtually all (95%) of the projected growth is in the non-OECD, with energy consumption growing at 2,3% p.a."
- "China has emerged as the key growth contributor, but by the end of the forecast China's contribution is starting to fade."

A instabilidade ligada ao terrorismo internacional

O terrorismo internacional de feição islâmica, ligado à intolerância da sua doutrina e aos propósitos de dominação do mundo - o movimento Estado Islâmico e outros de semelhante ideologia têm proliferado no Oriente Médio e em alguns países africanos e asiáticos - pode vir a afectar países africanos onde a paz se encontra instalada e ameaçar os seus fundamentos políticos, culturais, económicos e sociais.

Angola está identificado, pelo Global Terrorism Index 2014, como um dos 13 países que estão na lista das possíveis ameaças desestabilizadores dos grupos islâmicos. Na verdade, "IEP has identified the following 13 countries as being at risk of increased terrorist activity from current levels: Angola, Bangladesh, Burundi, Central African Republic, Cote d'Ivoire, Ethiopia, Iran, Israel, Mali, México, Myanmar, Sri Lanka, Uganda"¹⁶.

Riscos ligados a outros indicadores

Também noutras vertentes as classificações internacionais de Angola podem constituir um risco para os fluxos de capitais privados e públicos estrangeiros. Seleccionei o Mo Ibrahim Index, o Corruption Perception Index, o Democracy Index e o Transparency Index.

POSIÇÃO DE ANGOLA EM ALGUNS ÍNDICES INTERNACIONAIS

	Mo Ibrahim Index boa governação (2014)	Corruption Index (2014)	Democracy Index (2013)	Transparency Index (2014)
ANGOLA	44 (entre 52 países africanos) ¹⁷	153 (38º entre 48 países africanos)	132 (regime autoritário)	167 (entre 177)

¹⁶ Global Terrorism Index 2014.

¹⁷ A melhoria de Angola neste índice foi de apenas 0,3 pontos percentuais entre 2009 e 2014.

A QUALIDADE DO CRESCIMENTO: O QUE HAVERÁ PARA DISTRIBUIR ATÉ 2020?

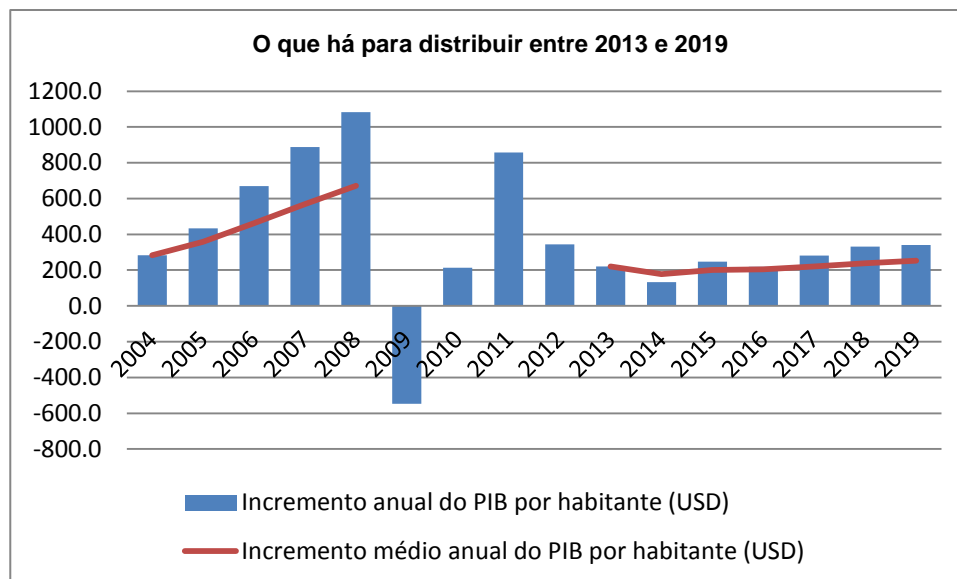
Os resultados do recenseamento geral da população de 2014 impuseram uma quebra de cerca de 1250 dólares no PIB por habitante, colocando-se, de novo, a questão de o país poder ser considerado de renda média nas estatísticas internacionais (admitindo-se que passaremos no exame dos restantes itens do "road map" a cumprir para que isso possa acontecer). Aliás, o critério rendimento é o de mais fácil realização por uma economia ainda com uma relevante influência do petróleo. O Fundo Monetário Internacional é explicitamente crítico quanto às oportunidades que o país tem perdido de transformar o crescimento em desenvolvimento. No seu Relatório "Angola - Temas Seleccionados, Relatório nº 14/275P, de Setembro de 2014" apresenta as considerações seguintes:

- a) Uma das características dos países ricos em recursos é a do PIB per capita não ser, frequentemente, representativo dos padrões de vida da população (pg.27).
- b) É necessário alcançar uma elevada taxa de crescimento do Rendimento Nacional Bruto per capita, embora não seja suficiente, para a redução da pobreza e o desenvolvimento (pg. 28).
- c) Com base na relação de rendimento e não-rendimento do IDH seria de esperar que Angola tivesse um valor para a dimensão de não-rendimento do IDH de 0,67; porém, o seu valor actual é de 0,48 equivalente a um desnível de 40%. Este é o 6º maior desnível depois do Níger (43%), Moçambique (46%), Burkina Faso (54%), Chade (59%) e Guiné Equatorial (83%) (pg.28).
- d) Embora Angola apresente um forte historial de sustentação de um crescimento elevado desde o final da guerra civil em 2002, tal traduziu-se muito pouco em melhores padrões de vida da maioria da população (pg. 28)."

Ou seja, tem-se um problema sério de equidade na repartição do Rendimento Nacional e de excesso de concentração da riqueza, cuja solução não está - disso já se sabia - no simples crescimento da actividade económica, ainda por cima, com a revisão da Lei do Trabalho, com a ameaça sobre a criação líquida de emprego e a sua excessiva flexibilidade.

Daí fazer todo o sentido a pergunta: o que há efectivamente para distribuir até 2020, admitindo a ultrapassagem do período de acumulação sucessiva de défices fiscais? Recorrendo às previsões internacionais sobre a economia angolana, o gráfico seguinte ajuda a compreender que entre 2014 e 2019 o incremento do PIB por habitante - mesmo que não seja o indicador que melhor expresse progresso e

desenvolvimento - será de apenas 250 dólares por ano, verificando-se uma notável diferença entre o período 2004-2008 e 2014-2019. Perderam-se muitas oportunidades de melhorar substancialmente a distribuição do rendimento, tornando-a mais equitativa e socialmente mais justa.



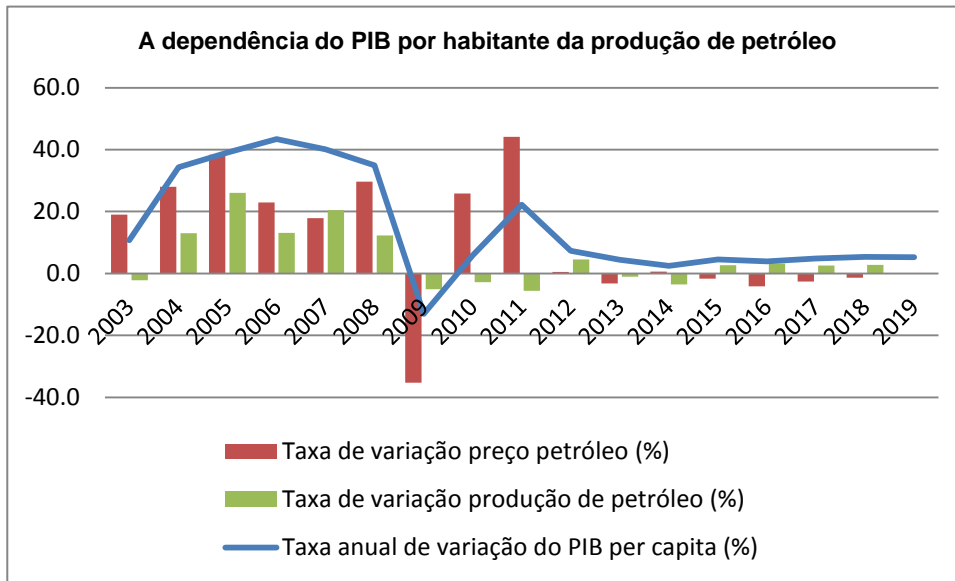
FONTE: CEIC, Ficheiros "Estudos Fiscais" com base em International Monetary Fund – Angola 2014
Article IV Consultation, September 2014.

Considerações e apreciações breves:

- a) A grande oportunidade de distribuir melhor os resultados do crescimento económico aconteceu entre 2004 e 2008, mas perdeu-se a favor da doutrina oficial de acumulação primitiva de capital, restrita ao círculo do poder político e do poder económico. O incremento médio anual do PIB por habitante naquele período foi de 671,8 dólares, quase 3 vezes mais do estimado para 2014/2019.
- b) Os ganhos do crescimento vão-se reduzindo ao longo do tempo, tornando mais difícil atenuar sustentadamente a pobreza, melhorar as condições de vida da população e tornar o crescimento mais inclusivo.
- c) As desigualdades sociais, de rendimento e de riqueza são muito altas no país (índice de Gini de 0,6), explicadas pelo modelo "rent-seeking" adoptado depois da independência. O principal prejudicado foi o povo, que sofreu o mais nefasto duma guerra civil de 27 anos.
- d) O ritmo de crescimento da população, de cerca de 3% ao ano, é uma variável determinante para a melhoria das condições de vida da população, assumida a restrição do crescimento económico em 5% ao ano. Porém, considerações políticas (ocupação do território nacional) e

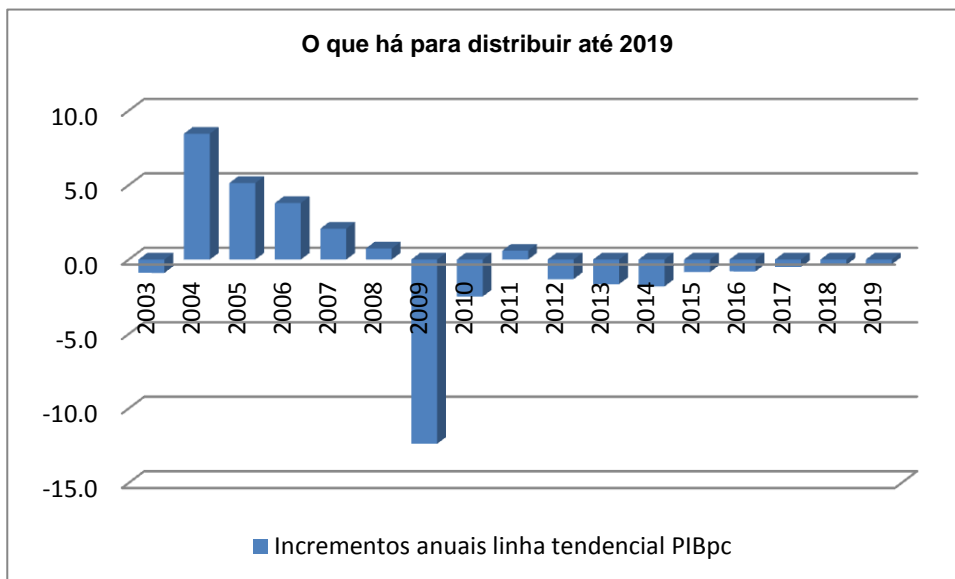
de natureza religiosa podem jogar contra uma política demográfica mais contida.

- e) Ainda que se incremente o PIB por habitante em 250 dólares anuais, pouco face às necessidades da grande maioria da população, o crescimento económico a uma taxa média anual de 5,5%-6% é insuficiente para se alterar o actual estado da distribuição do rendimento em Angola.
- f) É bom sublinhar-se que a taxa de 5,5%-6% incorpora já a taxa de variação do não petrolífero (10% ao ano), donde as folgas para se melhorarem as condições de vida da maioria da população serem poucas. Acrescente-se que não vai ser possível regressar aos ritmos médios de mais de 12% ocorridos na idade dourada do crescimento (2003-2008), por razões sobejamente conhecidas e que constam de todos os relatórios internacionais sobre Angola.
- g) A proximamente aprovada Nova Lei Geral do Trabalho vai acentuar as desigualdades sociais no país, ao liberalizar o funcionamento do respectivo mercado. Esta maior flexibilidade é reclamada em nome da possibilidade de maior criação de emprego, mas pode esconder também uma maior liberdade de fixação dos salários mantendo-os em níveis considerados pelos empregadores como rentáveis, mas que podem penalizar os trabalhadores. Pelas Contas Nacionais, o salário médio nacional mensal em 2012 era de 37000 Kwanzas.
- h) O gráfico seguinte mostra como a melhoria da distribuição do rendimento está muito dependente do petróleo, donde e face às perspectivas do seu comportamento até 2020, o "distribuir melhor" vai ter de ser adiado para uma próxima oportunidade.



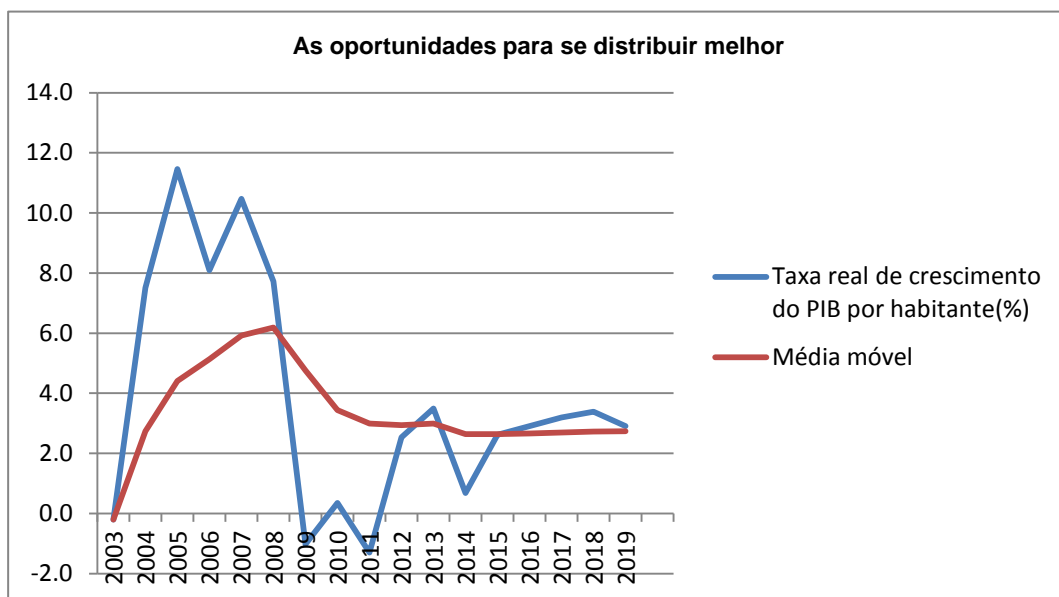
FONTE: CEIC, Ficheiros “Estudos Fiscais” com base em International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

Outra forma de se analisar a distribuição do rendimento é através dos incrementos anuais da linha tendencial do PIB por habitante entre 2003 e 2019, verificando-se que o que há para distribuir é crescentemente menor.



FONTE: CEIC, Ficheiros “Estudos Fiscais” com base em International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

Calculando o que se pode chamar de taxa real de crescimento do PIB por habitante (igual a $(1+pib)/(1+h)$, onde pib é a taxa real de variação do PIB e h a taxa de crescimento da população), conclui-se no mesmo sentido, qual seja, de as oportunidades de se distribuir mais rendimento estarem comprometidas no médio prazo.



FONTE: CEIC, Ficheiros “Estudos Fiscais” com base em International Monetary Fund – Angola 2014 Article IV Consultation, September 2014.

A FECHAR

Conclusões essenciais deste pequeno estudo sobre as perspectivas de crescimento a médio prazo da economia nacional:

- Redução significativa da dinâmica de crescimento do sector petrolífero, não completamente substituída ou compensada pelo incremento da velocidade de variação do PIB não petrolífero.
- As componentes externas de risco para o crescimento económico de Angola são a produção, a procura internacional e o preço do petróleo, com projecções de quebras significativas até 2020 e mesmo depois.
- Estabilização do crescimento global da economia angolana no intervalo 5,5%-6% até 2019.
- Défices fiscais sistemáticos até 2019, com um valor acumulado de cerca de 14% do PIB.
- Incremento médio anual de 250 dólares no PIB per capita entre 2014 e 2019, insuficiente para se distribuir mais e melhor, devido ao actual modelo de repartição do rendimento e de acesso às rendas do petróleo.
- A sustentabilidade da dívida pública do país não está posta em causa pelos futuros empréstimos necessários para financiar os sucessivos défices orçamentais. No entanto, em contextos de quebra das receitas fiscais, de instabilidade no mercado mundial de petróleo e de fraco crescimento do PIB, as agências internacionais de avaliação do risco económico dos países poderão rever em baixa o “rating” de Angola e penalizar os financiamentos internacionais com condições mais desfavoráveis.

Luanda, 24 de Novembro de 2014.

WORKING PAPER
Nº 02

FICHA TÉCNICA

Autor: **Alves da Rocha**

Editor

Depósito Legal: